

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África – CPIPETRO

REQUERIMENTO N.º _____, DE 2015
(Da Sra. Eliziane Gama e do Sr. Moses Rodrigues)

*Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do senhor **Renato de Souza Duque**.*

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 3º, do art. 58, da Constituição Federal – CF, a transferência dos sigilos fiscal e bancário e telefônico do senhor RENATO DE SOUZA DUQUE, CPF 510.515.167-49, no período compreendido entre 01/01/2005 até a presente data.

JUSTIFICAÇÃO

A transferência dos sigilos do senhor **Renato Duque**, ex-diretor de Serviços da Petrobras, é de extrema importância para esta Comissão. No dia 14 de novembro foi decretada a prisão de Duque pelo juiz federal Sérgio Moro, que conduz as investigações na primeira instância, em Curitiba, mas o investigado já foi solto. O magistrado argumentou que existem provas documentais de que o ex-diretor da Petrobras mantém vultosas quantias depositadas em bancos no exterior, fruto dos desvios na estatal.

Notas fiscais e comprovantes de depósito apreendidos nas investigações da Operação Lava Jato apontam o pagamento de pelo menos R\$ 13 milhões ao ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, entre

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África – CPIPETRO

os anos de 2000 e 2012. Os procuradores e investigadores suspeitam que parte desse dinheiro vindo de contratos simulados possa também ter abastecido o cofre de partidos políticos, especialmente o PT.

Nas investigações, Duque foi apontado como participante do esquema e, segundo o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de refino e abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, Duque chegava a cobrar 3% do valor total.

Em vista do exposto, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de março de 2015.

Dep. Eliziane Gama
PPS/MA

Dep. Moses Rodrigues
PPS/MA